

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007432-82.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **VICENTE GONÇALVES BARBOSA e outro**  
 Requerido: **PAULO ROGERIO GONÇALVES BARBOSA**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Processo 1007432-82.2015****VISTOS**

**VICENTE GONÇALVES BARBOSA e MARLENE APARECIDA CANDIDO BARBOSA** ajuizaram **Ação de REINTEGRAÇÃO DE POSSE c.c ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **ROGÉRIO GONÇALVES BARBOSA**, todos devidamente qualificados.

Os autores aduzem na petição inicial que são proprietários de um imóvel situado nesta cidade de São Carlos/SP matriculado junto ao CRI local sob o nº 33.192 e identificado junto ao município sob o nº 14.044.014.001. Alegam que este imóvel possui duas construções, uma casa na frente onde reside regularmente o irmão do autor e uma casa nos fundos, objeto desta demanda, onde reside seu sobrinho, ora requerido. Asseguram que o réu ocupou o imóvel sem sua permissão no mês de setembro de 2014, violando seu direito de propriedade. Requereram a antecipação da tutela com o fim de reintegração à posse do imóvel dos fundos e a procedência total da demanda. A inicial veio instruída por documentos à fls. 09.

Devidamente citado o requerido apresentou

**1007432-82.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestação alegando preliminarmente carência de ação ante a inexistência de provas de suas condições essenciais e fundamentais. No mérito reforçou a inexistência de comprovação quanto a data do esbulho e a posse entre outros pré-requisitos e reforçou que a propriedade do referido imóvel não é dos autores. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência total da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 78/81.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 82. O requerido manifestou interesse em oitiva de testemunhas à fls. 89/90 e os autores permaneceram inertes.

Designada audiência de tentativa de conciliação à fls. 93 que restou infrutífera conforme termo de audiência de fls. 100.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Da narrativa da inicial já podemos concluir pela improcedência do pleito.

Os autores sustentam que são proprietários do imóvel matriculado no CRI local sob o nº 33.192 e que lá residem um irmão do coautor Vicente, na casa da frente, e o requerido (sobrinho de Vicente) “nos fundos”. Sustentam, ainda, que o requerido ocupa o imóvel sem autorização desde setembro de 2014 e, assim, pretendem a reintegração na posse do bem.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A propriedade está comprovada pela matrícula carreada por cópia a fls. 09.

Ocorre que sobre a posse nada foi dito ou provado.

Ademais, há notícias da existência de demanda de usucapião proposta pelos pai do postulado, consoante informou ao meirinho a fls. 22

Nesse diapasão as seguintes ementas:

**Ementa:** Ação de reintegração de posse. Réu que não detém a posse direta do imóvel. Locação do bem a terceiros que o exploram comercialmente e que não integram a lide. Impossibilidade da retomada do imóvel pelos autores, detentores da posse indireta, tanto quanto o réu, promitente comprador. Sentença mantida. Recurso improvido (TJSP, Apelação nº 0016139-35.2011.8.26.0004, Rel. Des. José Joaquim dos Santos, DJ 10/12/2013).

**Ementa:** "REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DOMÍNIO. AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DA POSSE. O art. 37 e parágrafos do Dec. Lei nº 70/66 autoriza o novo adquirente a mover ação de lide de posse ou petição, fundada no domínio, em favor de quem é titular daquele e não tem a posse. Não se confunde com a reintegratória, fundada na posse e no esbulho. Sentença mantida. Apelo improvido." "REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Em face da extinção da ação, sem julgamento do mérito, adequado e razoável fixar-se a verba honorária em consideração ao princípio da apreciação equitativa, previsto no art. 20, § 4º do CPC, para fim de estabelecê-la em R\$ 2.500,00, quantia que mostra-se suficiente para remunerar de forma digna o ilustre procurador. Apelo, neste aspecto, parcialmente provido (TJSP, Apelação com Revisão 9161738-68.2005.8.26.0000, Rel. Des. Salles Vieira, DJ 21/09/2006).

Destarte, comprovado nos autos que os autores não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

exercem qualquer ato relativo à posse, não podem se valer da ação de reintegração, sendo impossível a conversão a possessória em ação de imissão de posse, que tem natureza petítória.

\*\*\*

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão inicial.

Sucumbentes, arcarão os autores com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

P.R.I.

São Carlos, 27 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**